



Óleo diesel não pode ficar sem impostos, segundo a Fazenda



Pedro Franco/Agência Senado

Lindbergh Farias fala sobre o projeto de desoneração de combustíveis com Nelson Barbosa e o deputado Carlos Zarattini

Em audiência no Senado, secretário-executivo do ministério descarta desoneração prevista em projeto, mas admite estudo para baratear passagem de ônibus

Extensão da desoneração aos combustíveis do transporte urbano dobraria o impacto orçamentário previsto para a redução do PIS-Cofins somente nas passagens, disse Nelson Barbosa ontem, durante audiência na Comissão de Assuntos Econômicos. Participantes do debate defenderam a adoção

de incentivos fiscais no transporte coletivo como forma de reduzir o uso de carros e motos.

O presidente da comissão, Lindbergh Farias, confirmou para hoje a votação do relatório sobre o projeto de reforma do ICMS, para combater a guerra fiscal entre os estados. Texto recebeu apoio do secretário-executivo da Fazenda. **3**

Vanessa: pagamento por preservação é bom para a Amazônia 4

Jucá quer regras claras para evitar conflitos com domésticos 5

Senado celebra os 40 anos da Embrapa com sessão especial

Pesquisas da empresa ajudaram produção de alimentos do país a crescer quase 400%. **2**



Gerardo Magela/Agência Senado

Ana Amélia destaca aumento da produtividade e o papel do agronegócio, superavitário, na balança comercial do país

CPI para apurar falhas na assistência hospitalar será instalada hoje 7



Ivan Balmires/Agência/BA

especial
Cidadania

Remédio que faz bem a grávida pode afetar bebê

Reportagem lembra os riscos que gestantes e bebês correm quando o uso de remédios pelas grávidas não tem acompanhamento médico. **8**

Durante a gravidez, até mesmo uma aparentemente inofensiva aspirina pode prejudicar o feto

Senadores destacam papel da Embrapa no agronegócio

Sessão especial homenageia os 40 anos da empresa de pesquisa que ajudou a aumentar em quase 400% a produção de alimentos no Brasil. Superavitário, setor é relevante na balança comercial do país

OS 40 ANOS da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), a serem completados sexta-feira, motivaram ontem uma sessão especial de homenagem no Senado. Parlamentares enfatizaram a importância das pesquisas e inovações para o desenvolvimento do agronegócio no país.

O presidente da Embrapa, Maurício Lopes, lembrou que quando a instituição foi criada faltava gente especializada no campo e o Brasil precisava adaptar a tecnologia externa.

— Vínhamos de séculos de dependência tecnológica, de importação de conhecimentos e de ideias — assinalou.

Lopes contou que havia a crítica de que não se devia investir na pesquisa de “cultivos internacionais”, como soja, para não prejudicar cultivos genuinamente nacionais, como feijão e mandioca. Hoje, o Brasil disputa com os Estados Unidos o posto de maior produtor e exportador de soja.

Ao apontar a relevância da Embrapa para o aumento da produtividade, Ana Amélia (PP-RS) ressaltou que a



Senado comemora os 40 anos da Embrapa em sessão especial no Plenário

produção nacional de alimentos era de pouco mais de 46 milhões de toneladas há 37 anos, enquanto hoje supera 180 milhões de toneladas. Ela disse que a área plantada cresceu cerca de 40%, em contraste com o aumento de quase 400% na produção de alimentos.

Assim como Pedro Simon (PMDB-RS), que já foi ministro da Agricultura, Ana Amélia declarou que a história da agropecuária nacional pode ser dividida em antes e depois da Embrapa. Ela apontou o reconhecido papel do agronegócio na balança comercial

— o setor é superavitário.

Jorge Viana (PT-AC) ressaltou a possibilidade de o país se consolidar como um importante fornecedor de alimentos para o mundo. Ele avalia que a Europa e os Estados Unidos enfrentam limitações para expandir a produção, seja por meio da área plantada ou pelo aumento da produtividade, ao contrário do Brasil. O senador vem afirmando — desde as discussões que resultaram no novo Código Florestal — que o país pode despontar como uma “potência na produção de alimentos” que protege o meio ambiente.

Parceria com o Congresso subsidia políticas públicas, afirma presidente

A fim de registrar a importância do Legislativo para a instituição que preside, Lopes destacou a atuação do Senado ao reconhecer as necessidades orçamentárias da Embrapa. Disse que as comissões da Casa permitem à empresa fornecer subsídios para políticas públicas.

— O Congresso precisa ajudar o país a desenvolver novos arranjos institucionais, mais ágeis e flexíveis, para que os ativos tecnológicos e de conhecimento do setor público possam rapidamente chegar ao mercado — afirmou.

Ele defendeu a aprovação do PLS 222/2008, de Delcídio do Amaral (PT-MS), que permite a abertura de capital da empresa

e cria uma subsidiária, a Embrapatec. Segundo Lopes, a Embrapatec vai dinamizar a relação com o setor produtivo e com os mercados de inovação tecnológica. O projeto aguarda votação na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Participaram da cerimônia Eliseu Alves (pesquisador da Embrapa que participou da fundação da empresa e a chefiou entre 1979 e 1985) e Alysson Paulinelli (ministro da Agricultura entre 1974 e 1979).

Também homenagearam a Embrapa, com pronunciamentos em Plenário, os senadores Ruben Figueiró (PSDB-MS), Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), Waldemir Moka (PMDB-MS) e Valdir Raupp (PMDB-RO).

Renan ressalta valor da agricultura sustentável



Jane de Araújo/Agência Senado

O presidente do Senado, Renan Calheiros, elogiou a Embrapa e ressaltou o valor da agricultura sustentável. Para ele,

o agronegócio enfrentará os desafios do mercado global ao incorporar de forma contínua inovações tecnológicas que permitam atender também as crescentes demandas do mercado interno.

— Tudo isso de mãos dadas com a sustentabilidade, que garanta a preservação do meio ambiente e a saúde da população — disse Renan.

Luiz Henrique propõe debate sobre sanidade animal



Luiz Henrique (PMDB-SC) propôs um debate na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) sobre sanidade agropecuária. Ele sugeriu que o país siga o exemplo de Santa Catarina, que, em

2007, recebeu certificado internacional de único estado do Brasil livre de febre aftosa sem vacinação. Governador na época, ele disse que não basta esforço federal.

— É preciso que o novo modelo federativo rubrique no Orçamento recursos para que estados e municípios montem toda uma estrutura de prevenção da saúde animal e vegetal,

como em Santa Catarina.

A sugestão foi apoiada pela presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, Kátia Abreu (PSD-TO).

Luiz Henrique explicou que, para Santa Catarina manter-se como referência, foram estabelecidas barreiras nas fronteiras. Automóveis de outras regiões, por exemplo, só entram depois de desinfetados.

Jucá defende isenção do ISS para inseminação de rebanho

Romero Jucá (PMDB-RR) defendeu a urgência na votação de dois projetos em tramitação no Senado. Um diz respeito à inseminação artificial em rebanhos e o outro aumenta o Conselho de Administração responsável pela Zona Franca de Manaus.

O primeiro deles (PLS 94/2013) propõe a isenção do Imposto sobre Serviços (ISS) das atividades de inseminação artificial, fertilização in vitro e semelhantes. Apresentado pelo próprio Jucá, o projeto altera a Lei Complementar 116/2003 para substituir a cobrança de ISS, de competência dos municípios, pela cobrança do ICMS, nos estados. A justificativa é que o processo de fertilização de bovinos, ovinos e caprinos passa por várias etapas complexas,

desde a coleta dos óvulos até a produção e transferência de embriões. São necessários laboratórios equipados com maquinários apropriados e de alta tecnologia, com grande número de insumos específicos para o desenvolvimento e a transformação do material genético.

Jucá defendeu a aprovação do PLS 255/2011, de Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), que estabelece que o Conselho de Administração da Superintendência da Zona Franca de Manaus será constituído também por dois representantes do setor acadêmico ou científico e por um representante das associações de municípios do Amazonas, Acre, Amapá, Rondônia e Roraima. O senador deu parecer favorável ao projeto na Comissão de Constituição e Justiça.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO Pauta trancada

14h Pauta trancada pela Medida Provisória 594/2012, que amplia em R\$ 85 bilhões o limite de financiamento do Programa de Sustentação do Investimento.

PRESIDÊNCIA Agenda da indústria

12h30 Renan Calheiros participa do lançamento, às 12h30, da *Agenda Legislativa da Indústria 2013*, da Confederação Nacional da Indústria. Às 16h, preside a ordem do dia.

CCT Pessoas desaparecidas

9h Na pauta, projeto que permite a utilização de telefonia móvel para localizar pessoas desaparecidas e projetos que autorizam funcionamento de emissoras de rádio e televisão.

CAS Pescadores

9h Debate sobre aposentadoria especial para pescadores com o presidente da Confederação dos Trabalhadores em Transportes Aquaviários e Aéreos, na Pesca e nos Portos, Severino Almeida Filho.

CE Desconto no Fies

10h Votação de projeto que concede desconto em financiamentos contratados com recursos do Fies nos casos em que os estudantes tiverem quitado 75% das prestações sem atrasos.

CAE Reforma do ICMS

10h Votação do relatório de Delcídio do Amaral sobre a reforma do ICMS.

CMMC Prevenção de desastres

11h Audiência pública sobre prevenção de desastres e a preparação do Brasil para a 4ª Plataforma Global. O representante do Ministério das Relações Exteriores, Milton Rondó, é um dos convidados.

CMA Cana-de-açúcar

11h30 A Comissão de Meio Ambiente se reúne para a votação final de projeto sobre o cultivo sustentável da cana-de-açúcar em áreas alteradas e nos biomas Cerrado e Pampa situados na Amazônia Legal.

CPI DO DIREITO À SAÚDE Eleição

14h30 Instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito da Violação do Direito à Saúde e eleição do presidente, vice-presidente e designação do relator.

MP DOS ROYALTIES Relatório final

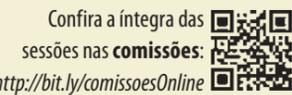
14h30 Reunião para votar o relatório final da comissão mista destinada a examinar a MP 592/2012, que vincula receitas do petróleo à educação.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>



Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>



TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das **10h**, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, **reunião da Comissão de Assuntos Econômicos**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

RÁDIO SENADO

A Rádio Senado transmite, a partir das **9h**, **reunião da Comissão de Ciência e Tecnologia** e, às **11h30**, **audiência pública da Comissão Mista sobre Mudanças Climáticas**. Às **14h**, transmissão da **sessão plenária**. A Rádio Senado pode ser acompanhada ao vivo pela internet: www.senado.leg.br/radio.

Fazenda descarta desoneração no combustível do transporte urbano

Isenção de ICMS e PIS-Cofins no óleo diesel dobra o impacto orçamentário que se tem com a redução só nas passagens, afirma Nelson Barbosa

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO Ministério da Fazenda, Nelson Barbosa, disse ontem que não é possível o governo dar isenção de PIS-Cofins e do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) no combustível do transporte público urbano (óleo diesel nos ônibus e eletricidade no metrô), mas ressaltou que a proposta de redução dos impostos sobre a tarifa da passagem de ônibus está sendo analisada.

Em audiência da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) sobre o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 310/2009, que institui o Regime Especial de Incentivos para o Transporte Coletivo Urbano e Metropolitano de Passageiros (Reitup), Barbosa explicou que a extensão da desoneração aos combustíveis chega a dobrar o impacto orçamentário que se teria com a redução do PIS-Cofins só nas passagens.

— Não é possível fazer uma desoneração neste momento por questões fiscais — disse.

Barbosa disse que, caso a proposta seja adotada, é preciso limitar a quantidade de combustível a ser desonerada, já que a tributação do diesel é feita na refinaria e não tem como prever para qual uso ele será destinado, e ainda para promover a eficiência energética.

O representante da Frente



Zarattini (3º à esq.) fala na audiência coordenada por Lindbergh (5º à esq.) e com a participação de Barbosa (6º à esq.)

Nacional de Prefeitos, José Fortunati, destacou que o impacto do preço da passagem no bolso do trabalhador ainda é muito alto. Ele disse que, em Porto Alegre, o gasto médio do trabalhador com passagem de ônibus é de R\$ 142 mensais.

— Se apanharmos uma família pequena, com dois adultos e um estudante que pague meia passagem, o impacto vai para R\$ 365. Para uma família de trabalhadores, é um impacto bastante importante que precisamos atenuar — disse.

Menos carros e motos

Fortunati explicou que, em Porto Alegre, o custo da frota impacta em 28,8% na tarifa do transporte coletivo; os combustíveis, 16,11%; os tributos, 11,15%; e os pneus, 1,70%. Segundo ele, o Reitup trará uma diminuição significativa do preço da passagem, que é tema de preocupação dos gestores públicos das médias e grandes cidades.

O deputado Carlos Zarattini (PT-SP) criticou o aumento de motocicletas nas cidades.

Segundo ele, o número é diretamente proporcional ao aumento da tarifa de ônibus e traz uma elevação do número de acidentes e mortes. Para Zarattini, a diminuição do preço da passagem, associada a transporte público de qualidade, poderia diminuir o número de motos e carros.

Os debatedores também pediram avanço na discussão sobre gratuidade de passagens. De acordo com o diretor administrativo da Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos, Marcos Bicalho dos Santos, as gratuidades representam um custo adicional de 17% nas tarifas de transporte público, que são suportados somente pelos próprios usuários.

— Isso traz, em algumas situações, injustiça social, pois temos usuários de baixa renda, às vezes desempregado, pagando a própria passagem e subsidiando um idoso de classe média, um estudante de classe média que, na realidade, não estaria precisando daquele benefício — afirmou.

Comissão vota hoje projeto de reforma do ICMS

Presidente da CAE, Lindbergh Farias (PT-RJ) confirmou para hoje a votação do relatório de Delcídio do Amaral (PT-MS) sobre o PRS 1/2013, que prevê unificação das alíquotas do ICMS. Na reunião, também deverá ser lido o PLS 106/2013 — Complementar, de Paulo Bauer (PSDB-SC), que estabelece compensação aos estados pelas perdas ocorridas com a redução da alíquota do imposto.

— Isso atende os interesses dos governadores — disse Lindbergh.

Barbosa afirmou, em reunião com o senador, que a proposta vai diminuir muito a guerra fiscal entre os estados.

— Fica bem claro o que conta com alíquota diferenciada. É incentivo à produção, diminui bastante o espaço para a guerra fiscal — afirmou o secretário.

Pimentel ressalta economia brasileira nos governos do PT



José Pimentel (PT-CE) falou ontem sobre o bom desempenho da economia brasileira nos governos do

PT. Somente durante a gestão da presidente Dilma Rousseff, exemplificou, foram criados 3,88 milhões de empregos com carteira assinada.

O senador disse que em 2012 foram gerados 1,3 milhão de empregos formais, embora o ritmo de crescimento do produto interno bruto (PIB) tenha ficado aquém do desejado. Desde o governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, assinalou, houve mais de 18 milhões de novos empregos.

Wellington elogia reunião de ministros e prefeitos do Piauí



Wellington Dias (PT-PI) cumprimentou a presidente Dilma Rousseff pela iniciativa de reunir representantes de 12 ministérios com membros da Associação Piauiense dos Prefeitos Municipais. Ele considera a reunião, marcada para 30 de abril em Teresina, “fundamental para o desenvolvimento do estado”.

— Após o encontro que tivemos em Brasília, no início do ano, agora é o governo que vai aos estados para dar solução, município a município, às obras em andamento, aos convênios, aos programas — disse o senador.

Anibal comemora exploração de gás e petróleo no Acre



Anibal Diniz (PT-AC) comemorou ontem a previsão de leilão para exploração de gás e petróleo no Acre. Ele

relatou reunião com o chefe de gabinete da Agência Nacional do Petróleo (ANP), Silvio Jablonski, que confirmou a intenção de incluir a região do Vale do Juruá (AC) e parte do Amazonas no leilão previsto para outubro. O senador informou que o leilão vai buscar empresas para fazer a prospecção durante cinco anos na região, realizando estudos que podem confirmar a existência de reservas e a viabilidade econômica de exploração.

Ivo Cassol critica infraestrutura de transportes



Ivo Cassol (PP-RO) registrou “estarcimento” diante de reportagem exibida no programa

Fantástico, da TV Globo, sobre a deficiência estrutural nas ferrovias e portos brasileiros — situação que, conforme salientou, causa prejuízo bilionário e encarece as mercadorias.

O senador cumprimentou a presidente Dilma Rousseff pelas iniciativas para melhorar a logística, em especial a Medida Provisória 595/2012 (MP dos Portos), mas cobrou a demissão de “companheiros” que, por falta de planejamento, mantêm o gargalo nos transportes.

MP dos Portos deve ser votada amanhã em comissão mista

Relatório de Eduardo Braga (PMDB-AM) sobre a Medida Provisória 595/2012 (MP dos Portos), que estabelece novo marco regulatório para o setor portuário, deve ser votado amanhã na comissão mista criada para analisar o tema, após discussão hoje. Braga acolheu 137 das 645 emendas sugeridas e disse que o relatório atende boa parte das reivindicações de estados, empresários e trabalhadores.

Entre outras mudanças, o relatório determina que os serviços públicos de fiscalização e controle para importação ou exportação sejam prestados 24 horas por dia e que os critérios para licitação de novos terminais privilegiem a maior eficiência, com a menor tarifa. Depois da comissão mista, a MP será votada pelos Plenários da Câmara e do Senado.

Metas da MP

Investimentos de R\$ 54,2 bi até 2017 em novos terminais marítimos e outras instalações (armazéns, estações de transbordo)

Previsão de licitação de 159 terminais marítimos (49 são novos e os demais são terminais marítimos e instalações portuárias com contrato vencido ou por vencer)

Relatório final sobre aviação civil inclui recomendações

A Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) vai se reunir amanhã para votar o relatório final da Subcomissão Temporária sobre a Aviação Civil. O documento inclui um diagnóstico e recomendações para a aviação civil no país. O texto foi preparado depois de um ciclo de debates que a subcomissão realizou com especialistas sobre a situação de todos os segmentos da aviação nacional. Segundo Vital do Rêgo (PMDB-PB), relator da subcomissão, houve 19 audiências públicas, sendo ouvidas mais de 50 autoridades no assunto.

Na segunda parte da reunião, os membros da CI devem debater o PLS 84/2013, de Jayme Campos (DEM-MT), que prevê a inclusão do trecho de uma rodovia, localizado na região de Cuiabá, na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal. A pauta da comissão tem ainda dois requerimentos para promoção de audiências públicas.

Comissão analisa mecanismo para remunerar preservação ambiental

Brasil deverá ter marco regulatório que considere interesses de comunidades e empresas e compatibilize legislações estaduais existentes.

A COMISSÃO MISTA de Mudanças Climáticas (CMMC) pretende articular a criação de um sistema nacional para remunerar a preservação da natureza. O sistema, conhecido como Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), foi discutido ontem em Manaus.

A meta dos parlamentares é que ainda neste ano o Congresso aprove a lei que regulamenta o assunto. A presidente da CMMC, senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), disse que há vários projetos em tramitação na Câmara e no Senado. Um deles é de iniciativa

do governo, razão pela qual, salientou, há melhores condições para a aprovação. Ela disse que a Região Amazônica, que tem uma grande área de preservação, ganha muito com a criação do PSA.

— Nosso objetivo é criar as condições políticas para que ele seja aprovado, e assim o Brasil possa ter um marco regulatório estabelecido nesta questão, que perceba e reconheça os interesses em torno da matéria, sejam os de comunidades tradicionais, de cooperativas ou empresariais. A proposta também prevê

a criação de uma comissão nacional para estabelecer o valor dos pagamentos e um fundo para financiá-lo.

Participaram do encontro empresários, ambientalistas e representantes do governo do Amazonas. A CMMC programou para outubro um seminário nacional em Brasília para debater formas de harmonizar as leis sobre pagamento pela preservação nos níveis federal e estadual.

— Os estados têm a sua legislação, e há incompatibilidade em vários aspectos — reconheceu Vanessa.

AUDIÊNCIA HOJE DEBATERÁ PREVENÇÃO A DESASTRES

A CMMC realiza outra audiência pública hoje, desta vez em Brasília, para debater a preparação do Brasil para a 4ª Plataforma Global para Redução de Riscos de Desastres, fórum mundial que reúne governos e sociedade civil a cada dois anos para ampliar o grau de conscientização, reiterar compromissos assumidos, compartilhar experiências e orientar ações prioritárias no que se refere à redução do risco de desastres.

Cícero cobra conclusão das obras de transposição

Cícero Lucena (PSDB-PB) divulgou ontem em Plenário o cronograma definido pelo ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra, para conclusão das obras de transposição das águas do Rio São Francisco. O senador disse ser importante que a população tome conhecimento do andamento da obra, para que o governo possa ser cobrado no futuro, caso a previsão não seja cumprida.

Cícero informou que, na última sexta, fez uma visita ao eixo leste da transposição, na companhia de Bezerra e dos senadores Vital do Rêgo (PMDB-PB), Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) e Humberto Costa (PT-PE). O senador disse que a visita serviu para comprovar que ainda há muito a ser feito.



Moreira Mariz/Agência Senado

Figueiró sugere que Funai seja vinculada à Presidência

Ao registrar a passagem do Dia do Índio, em 19 de abril, Ruben Figueiró (PSDB-MS) afirmou que a data só pode ser comemorada quando acabarem os conflitos de terra no país.

Figueiró disse que seu estado tem hoje 54 propriedades invadidas por índios. Ele acusou a Funai de criar falsas expectativas nas comunidades indígenas, estimulando invasões e violência.

— O governo federal deve estudar a possibilidade de transferir a Funai para o âmbito da Presidência da República, como uma secretaria, a fim de que haja mais transparência. Para que pudéssemos, por exemplo, chegar lá e expor as razões não só dos produtores rurais, mas também dos nossos irmãos índios — disse.



Peirto França/Agência Senado



Vanessa Grazziotin (C) preside, na Assembleia Legislativa do Amazonas, primeira audiência pública da Comissão de Mudanças Climáticas realizada fora de Brasília

Subcomissão define datas para discutir terras-raras

O presidente e o relator da subcomissão temporária encarregada de propor um marco regulatório da mineração e da exploração das terras-raras, Anibal Diniz (PT-AC) e Luiz Henrique (PMDB-SC), definiram ontem a agenda de trabalho para o colegiado.

Entre maio e junho, serão realizadas três audiências

públicas para discutir a criação de regras que possibilitem o desenvolvimento de uma cadeia produtiva para o setor de minerais estratégicos.

A ideia é ouvir representantes de governo, instituições acadêmicas, especialistas e empresários sobre pesquisa e exploração de terras-raras — 17 elementos químicos

essenciais na fabricação de equipamentos de alta tecnologia, como tablets, smartphones e turbinas de energia eólica.

A primeira audiência será no dia 14 de maio. Entre os convidados, representantes dos Ministérios da Ciência e Tecnologia e de Minas e Energia, do Senai, do BNDES e do Centro de Tecnologia Mineral.

A segunda está marcada para 23 de maio, com instituições acadêmicas, pesquisadores e representantes do Exército. A terceira deverá acontecer em 6 de junho e reunirá empresários e prefeitos de municípios onde há indício de jazidas de terras raras. Leia mais sobre o assunto no *Especial Cidadania*: <http://bit.ly/terras-raras>.

Projeto exige rede subterrânea antes de pavimentação



Gurgacz defende a racionalidade construtiva nas obras de engenharia

As obras municipais de pavimentação de vias deverão ser precedidas da implantação das redes subterrâneas de serviços urbanos para terem acesso à concessão de financiamento federal. É o que estabelece o PLS 119/2011, a ser examinado amanhã, em caráter terminativo, na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR). O autor do

projeto é Acir Gurgacz (PDT-RO) e o relator é Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP).

A CDR também deve examinar o PLS 316/2012, de Romero Jucá (PMDB-RR), que reduz de 80% para 50% o limite mínimo de receita bruta decorrente de exportação de empresas instaladas em zona de processamento de exportação (ZPE); e o PLS 48/2013, de José Sarney

(PMDB-AP), que vincula a vigência dos incentivos fiscais relativos à Amazônia Ocidental e às áreas de livre comércio ao prazo de vigência da Zona Franca de Manaus. A CDR também realizará audiência, requerida por Ruben Figueiró (PSDB-MS), com o diretor da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco), Marcelo Dourado.

Viana quer adiar restrições a novos partidos

Em discurso ontem, Jorge Viana (PT-AC) comunicou a apresentação de emenda para adiar a vigência do projeto da Câmara dos Deputados que cria restrições a novos partidos. O senador propõe que as mudanças só passem a valer após as eleições gerais de 2014.

— Temos de ser justos, mexer nas regras do jogo com o jogo em

andamento não vale — disse.

Viana também agradeceu o empenho do governo federal no caso dos cerca de 1.500 imigrantes ilegais, principalmente haitianos, que estão em Brasileia (AC). O senador disse que a força-tarefa federal está regularizando a documentação dos estrangeiros e promovendo também a vacinação dos imigrantes.

Paim lamenta efeitos da alienação parental

Em pronunciamento ontem, Paulo Paim (PT-RS) lembrou o Dia Internacional da Conscientização sobre a Alienação Parental (25 de abril). Alienação parental é a situação em que a mãe ou o pai de uma criança a induz a romper os laços afetivos com o outro genitor, criando fortes sentimentos de

ansiedade e temor em relação a ele ou a ela.

Segundo o senador, a alienação é a violação de um direito de um dos pais que pode provocar graves consequências nos filhos.

Saiba mais sobre alienação parental no *Especial Cidadania*: <http://bit.ly/Cidadania328>



Moreira Mariz/Agência Senado

Relator adiantou que deverão ser apresentados dois projetos: um sobre o regime de trabalho e outro sobre direitos trabalhistas. Prazo inicial de apresentação pode ser ampliado para finalizar acordos

Jucá articula regras para domésticos com o governo

O SENADOR ROMERO Jucá (PMDB-RR) apresentou ontem um esboço do que será a regulamentação da emenda constitucional que amplia os direitos dos empregados domésticos. Os detalhes ainda estão sendo discutidos com o governo, que deve, por exemplo, definir como operacionalizar o Supersimples Doméstico e definir alíquotas de contribuições.

— Estamos trabalhando a pleno vapor no sentido de fazer isso rapidamente, mas é claro que nós temos que articular com o governo, porque muito da implementação da lei e a própria sanção da lei depende do governo — disse Jucá, relator da Comissão Mista de Consolidação das Leis, que trata da matéria.

De acordo com o senador, serão dois projetos de lei. O primeiro deve tratar das ques-



Jucá espera apresentar primeiras propostas na próxima reunião da comissão

tões do regime de trabalho, como horas extras e banco de horas. O segundo projeto, complementar, deve tratar de questões como o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), a multa rescisória e as alíquotas do INSS.

Como algumas questões dependem de decisões do governo, o prazo para a divulgação do texto preliminar

pode ser ampliado. A intenção da comissão mista era votar o texto na quinta-feira, mas o texto que será apresentado ainda depende de acordo.

Segundo o senador, caso não haja entendimento até quinta, será divulgada a minuta com as primeiras propostas para o tema, que, com os audiências públicas, poderá ser modificada.

Recolhimento único facilitará pagamentos

Jucá informou que o governo já concordou com a criação do Supersimples Doméstico, que permitiria ao empregador recolher os encargos em um só boleto. A ideia de redução da alíquota do INSS, no entanto, ainda está sendo discutida. O governo está calculando os impactos de uma possível redução para evitar o desequilíbrio nas contas.

— A questão das alíquotas tem que ser feita com muito cuidado porque a Previdência tem que trabalhar em equilíbrio, não só nesse governo, mas para o futuro — afirmou o senador, que também pretende incluir na lei facilidades para o pagamento do INSS retroativo, medida que incentivaria a formalização.

Outra questão ainda em discussão é a multa em caso de demissão sem justa causa. Na proposta do senador, o índice seria de 10% para a demissão sem justa causa e de 5% para a “culpa recíproca”, quando a decisão é tomada em acordo pelos dois lados.

Jucá ressaltou que a realidade das contas domésticas é muito diferente da de empresas e que, por isso, também pretende alterar a lei para impedir a penhora dos bens de família em caso de dívidas com os empregados.

Lei será abrangente para evitar conflitos

Outras sugestões do senador são alterações na rotina de trabalho, com a flexibilização de horários, por exemplo. Entre as possibilidades, está a redução do horário do almoço, por acordo entre as partes, para atender os empregados que desejam sair mais cedo do trabalho.

O banco de horas também é uma ideia defendida por Jucá. Segundo ele, o projeto trará todas as regras para a compensação do horário. As horas acumuladas devem valer por um ano e, em caso de demissão, devem ser pagas ao empregado.

O banco poderá servir, por exemplo, para compensar o trabalhador que viajar com os patrões, contando o tempo de viagem para compensação. O senador afirmou que a lei deverá seguir o sistema aplicado às pessoas que trabalham embarcadas. O tempo de descanso dos empregados que dormem nas casas dos patrões, segundo Jucá, não deve ser contado como sobreaviso ou jornada extraordinária.

Também estão sendo discutidas opções de enquadramento para os cuidadores, por exemplo. A intenção do senador é prever em lei o máximo possível de situações para evitar conflitos.

Aposentadoria de pescadores em debate

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) realiza hoje, às 9h, audiência pública para debater a aposentadoria especial para pescadores e o período de defeso (época de proibição à pesca para reprodução dos peixes) de cinco meses. O requerimento para a audiência foi de Paulo Paim (PT-RS). O senador argumenta que muitos pescadores são demitidos das indústrias pesqueiras e perdem o vínculo

empregatício no defeso.

Em fevereiro, representantes do setor pesqueiro e industrial se reuniram com Paulo Paim para discutir o assunto. Na ocasião, o senador prometeu realizar um debate com a participação de todos os setores envolvidos.

Foram convidados, entre outros, Ricardo Ponzi, da Federação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Aquaviários e Afins;

Armando Romaguera Burle, do Conselho Nacional de Pesca e Aquicultura; Giovanni Monteiro, do Sindicato dos Armadores e das Indústrias de Pesca de Itajaí (SC) e Região; Armino Batista dos Santos Filho, da Federação dos Pescadores de Mato Grosso do Sul; e Manoel Xavier de Maria, do Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Pesca de Santa Catarina.

Rolleberg homenageia Brasília pelos 53 anos

A passagem dos 53 anos de Brasília, comemorados no domingo, foi lembrada por Rodrigo Rolleberg (PSB-DF). O senador lembrou discurso de Juscelino Kubitschek feito em abril de 1960, na véspera da inauguração da cidade, dedicado aos operários que participaram da construção da capital, em que os chama de “amigos e companheiros de luta”.

Para Rolleberg, Juscelino reverenciou primeiro as pessoas do que a cidade porque tinha plena consciência de



Genildo Magalhães/Agência Senado

que as bases da nova capital não estavam alicerçadas apenas nas construções e nos Poderes ali institucionalizados.

Rolleberg disse que JK “sabia que as bases de Brasília

eram humanas, edificadas principalmente pela força de seu povo, pelos irmãos de suor e luta que mantiveram o ritmo intenso da construção, escrevendo a história com as próprias vidas”. Em apartes, José Pimentel (PT-CE), Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) e Ana Amélia (PP-RS) também homenagearam Brasília.

João Costa: indenização para comissionados exonerados

João Costa (PPL-TO) informou a apresentação de projeto que obriga o empregador a pagar multa em caso de exoneração dos servidores comissionados.



Moreira Matiz/Agência Senado

vão se aposentar sempre ocupantes de cargos em comissão — disse.

De acordo com o PLS 139/2013, a indenização terá o valor de 8% dos vencimentos de

Ele argumentou que o projeto vai corrigir uma injustiça, já que quem ocupa cargos de confiança não têm a estabilidade dos concursados nem o FGTS, recebido pelos empregados celetistas.

— Não são servidores de um dia, uma semana. São servidores, às vezes, de décadas, que

cada mês de serviço, valor equivalente ao FGTS. Não terão direito a recebê-la os demitidos por falta disciplinar.

João Costa defendeu ainda proteção para servidoras comissionadas grávidas e pessoas com doenças graves e aviso-prévio para esses trabalhadores.

Agripino cobra processo contra Rosemary Noronha

Em discurso ontem, José Agripino (DEM-RN) cobrou a abertura de processo contra a ex-chefe de gabinete da Presidência da República em São Paulo Rosemary Noronha.



que o então presidente Lula tinha de Rosemary. Agripino afirmou que o ex-presidente está devendo à população esclarecimentos sobre o caso.

Agripino citou a última edição da revista *Veja*, que revelou que o próprio governo federal fez sindicância sigilosa sobre as atividades de Rosemary enquanto esteve no cargo, durante o governo Lula.

Para o senador, é preocupante a suposta proximidade

— Não houve, até hoje, uma única palavra, nada, absolutamente nada. É como se esse caso não existisse — pontuou.

Agripino pediu ao governo que entregue o resultado da sindicância para a Justiça, para que os envolvidos sejam denunciados e processados e tenham, inclusive Rosemary, oportunidade de defesa.

CANCELADA AUDIÊNCIA COM ALOIZIO MERCADANTE

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) cancelou a audiência com o ministro da Educação, Aloizio Mercadante, marcada para hoje. O ministro deve ficar de repouso nos próximos dias, por recomendação médica. Na quinta-feira, Mercadante foi internado no Hospital das Forças Armadas, em Brasília, apresentando dor moderada

na região esquerda do abdômen. No sábado, o ministro teve alta, mas os médicos recomendaram repouso domiciliar durante a semana.

Com o cancelamento da audiência, a comissão realizará sessão deliberativa, às 10h, para examinar uma pauta com 14 itens, entre projetos e requerimentos.

Crimes contra jornalistas podem ir à Justiça federal

Texto de relator recomenda ampliação de instrumento previsto na Constituição para federalizar delitos contra direitos humanos

A COMISSÃO DE Constituição e Justiça (CCJ) deve votar amanhã a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 15/10, que transfere para a Justiça federal a competência para julgar crimes contra jornalistas em razão do exercício profissional.

A PEC, do ex-senador Roberto Cavalcanti, recebeu adesão de outros 28 parlamentares. Segundo o autor, crimes contra profissionais da imprensa têm dimensão nacional porque muitas vezes os fatos noticiados atraem o interesse de toda a opinião pública brasileira. O relator, Vital do Rêgo (PMDB-PB), apresentou um substitutivo porque entende que a dimensão nacional não justifica atribuição de competência à Justiça federal.

Na opinião de Vital, se a razão da competência federal é a relação da atividade profissional com a defesa de direitos fundamentais, então



Vital do Rêgo apresentou substitutivo para utilizar ferramenta constitucional

estaria justificado o mesmo tratamento a outras profissões. De acordo com ele, se a preocupação é com a defesa das liberdades de imprensa e de expressão, é preciso ter em vista que a federalização de crimes contra os direitos humanos já é uma possibilidade contemplada pela Constituição, por meio do chamado incidente de deslocamento de competência (IDC).

Ampliação

Por isso, o substitutivo de Vital apresenta uma ampliação no rol de legitimados para propor o IDC, hoje tarefa exclusiva do procurador-geral da República. Pelo substitutivo, seriam legitimados também o presidente da República, as Mesas do Senado e da Câmara,

Mesas de assembleias legislativas, governadores, o Conselho Federal da OAB, partidos políticos com representação no Congresso Nacional e confederações sindicais ou entidades de classe de âmbito nacional.

O relator ressalta que atualmente o IDC raramente é utilizado. Apenas dois casos foram interpostos pelo procurador-geral e julgados pelo Superior Tribunal de Justiça desde 2004, quando o instrumento foi introduzido na Constituição.

Outros 25 itens estão na pauta de amanhã da CCJ, cuja reunião começa às 10h. As discussões e votações podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.gov.br/tvsenado).

Indicados ao Conselho do MP serão sabatinados

Dois indicados pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) para integrar o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) serão sabatinados amanhã pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ): Walter de Agra Júnior e Esdras Dantas de Souza. A votação é secreta. Se aprovados, os nomes serão analisados pelo Plenário. O processo é concluído com a nomeação pela presidente da República, Dilma Rousseff.

Os representantes da advocacia no órgão de controle externo do MP cumprem mandato de dois anos, com possibilidade de uma recondução. Os 14 membros do CNMP controlam a atuação administrativa e financeira do Ministério Público e o cumprimento dos deveres funcionais dos componentes.

Esdras Dantas de Souza atua no Supremo Tribunal Federal e outros tribunais superiores. Ocupou, entre outros cargos, a presidência da OAB-DF. Walter de Agra Júnior, de Pernambuco, é conselheiro federal da OAB até 2016.

Projeto prevê GPS para localizar desaparecidos



Lito de Paula/Agência Senado

Empresas de telefonia móvel poderão ser autorizadas a oferecer localização de desaparecidos por meio do sistema de posicionamento global (GPS). O Projeto de Lei da Câmara (PLC) 54/2012, que a Comissão de Ciência e Tecnologia vota

hoje em decisão final, prevê que as telefônicas aluguem redes para outras empresas implantarem o sistema de localização. O relator, Walter Pinheiro (PT-BA, *foto*), deu parecer favorável.

O deputado Valdir Colatto (PMDB-SC), autor do projeto, diz que a ideia é estimular a criação de serviços que utilizem o GPS para localizar pessoas. As famílias receberiam em tempo real, pelo celular ou pela internet, informações sobre os aparelhos cadastrados. Colatto acredita que o sistema pode evoluir para implante de chips subcutâneos em pessoas que necessitem ser monitoradas diariamente.

Capiberibe presta homenagem a jornalista pioneiro do Amapá

João Capiberibe (PSB-AP) homenageou o jornalista Antônio Corrêa Neto, falecido aos 74 anos, no Amapá. O senador destacou o pioneirismo e o espírito combativo do comunicador e a luta, por mais de 30 anos, “em defesa da cidadania e da correta aplicação do recurso público”.

Capiberibe ressaltou a coincidência entre a data da morte do jornalista e a da execução do inconfidente mineiro Tiradentes (21 de abril). A atuação de Corrêa Neto no rádio e na televisão na Região Norte lhe rendeu



Waldemir Barreto/Agência Senado

Capiberibe destaca imparcialidade dos textos de Antônio Corrêa Neto

algumas prisões na época da ditadura militar, lembrou Capiberibe. O senador afirmou que, mesmo sendo muito próximos, Corrêa Neto não o poupou de críticas, pois era imparcial. “Sua morte esvaziava a grande trincheira do jornalismo combativo da Amazônia”, lamentou.

Mozarildo pede debate profundo sobre maioria penal

Um debate mais profundo sobre a redução da maioria penal para 16 anos foi sugerido por Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR). Segundo o senador, há mais de 20 projetos no Congresso sobre o tema e é preciso considerar as realidades do país.

Na opinião de Mozarildo, um plebiscito apontaria uma maioria esmagadora a favor da redução da maioria penal. O senador acredita que a matéria não pode ser analisada apenas pelo Congresso. Ele sugeriu a criação de comissão mista composta



Pedro Franço/Agência Senado

Mozarildo propõe uma comissão do Congresso para analisar o tema

por técnicos de várias áreas, com realização de audiências públicas. O estudo, de acordo com Mozarildo, deve ser feito em conjunto pelos Poderes Judiciário, Legislativo e Executivo, por se tratar de um assunto importante e que está “traumatizando” a sociedade brasileira.

Alvaro Dias quer ouvir embaixador da Bolívia sobre torcedores presos

A Comissão de Relações Exteriores (CRE) vai receber de Alvaro Dias (PSDB-PR) proposta de convite ao embaixador da Bolívia para apresentar as justificativas do país sobre manter presos, há dois meses, 12 brasileiros acusados de acender o sinalizador que provocou a morte de um jovem torcedor boliviano durante um jogo entre Corinthians e San José, na cidade boliviana de Oruro.

Alvaro citou denúncias de que os brasileiros estariam sendo “torturados” na prisão



Waldemir Barreto/Agência Senado

Alvaro cita denúncias de tortura dos brasileiros em cadeia boliviana

— obrigados a ficar no pátio, sem roupas, durante noites frias e também sendo mantidos em porões da cadeia.

Paulo Paim (PT-RS), integrante da Comissão de Direitos Humanos (CDH), pediu que a audiência na CRE seja em conjunto com a CDH.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana

Segundo-vice-presidente: Romero Jucá

Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro

Segunda-secretária: Ângela Portela

Terceiro-secretário: Ciro Nogueira

Quarto-secretário: João Vicente Claudino

Suplentes de secretário:

Magno Malta, Jayme Campos, João Durval, Casildo Maldaner

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich

Diretora de Jornalismo: Virgínia Galvez

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Marco Antônio Reis (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem:

Teresa Cardoso e Sheyla Assunção

Edição: Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Flávio Faria (61) 3303-3333

Editor-chefe: Silvío Burle

Editores: André Falcão, Juliana Steck, Marcio Maturana e Ricardo Westin

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Comissão parlamentar de inquérito foi motivada por frequentes casos de falhas de dirigentes, médicos e outros profissionais de saúde

Senado instala hoje CPI para apurar erros graves na assistência hospitalar

A COMISSÃO PARLAMENTAR de Inquérito (CPI) da Violação do Direito à Saúde será instalada hoje, às 14h30, no Senado. Criada no final de fevereiro, a comissão, com 11 membros titulares e 7 suplentes, vai apurar erros de dirigentes, médicos e demais profissionais de hospitais públicos e privados que resultaram em lesões físicas ou causaram a morte de pacientes.

O requerimento para a criação da CPI, de Magno Malta (PR-ES), recebeu mais 30 assinaturas de senadores. Foi estabelecido o prazo de 120 dias para os trabalhos e o limite de despesa foi fixado em R\$ 150 mil. Após a instalação do colegiado, serão eleitos o presidente e vice-presidente.

No requerimento, a criação da CPI é justificada com base nos frequentes casos de erros



Criada por requerimento de Magno Malta, CPI terá 120 dias para trabalhar

de dirigentes, médicos e profissionais de saúde que resultaram em morte de pacientes.

O primeiro foi a morte do então secretário de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Duvanier Paiva Ferreira, de 56 anos, em janeiro de 2012. De acordo com a imprensa, Duvanier foi levado a dois hospitais particulares de Brasília, o Santa Lúcia e o Santa

Luzia, mas, sem um talão de cheques, teve o atendimento negado e morreu de infarto.

Outro caso foi a morte do adolescente Marcelo Dino, de 13 anos, atendido e internado no mesmo Hospital Santa Lúcia em fevereiro do ano passado. A única médica de plantão na UTI pediátrica teria deixado o posto para fazer um parto e, quando voltou, não

conseguiu prestar atendimento eficaz e célere para salvar a vida do menino.

Também foi citado no requerimento o caso do Hospital Santa Maria, onde pelo menos 13 pessoas morreram. Uma troca de oxigênio por ar comprimido na tubulação de um leito teria sido responsável pelas mortes.

A nova CPI também vai apurar se a legislação tem oferecido proteção suficiente aos usuários do sistema de saúde; se o Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES) do Ministério da Saúde está sendo devidamente atualizado e respeitado pelos hospitais e profissionais; se pode ser criado um sistema de avaliação dos serviços hospitalares e quais medidas legislativas devem ser criadas ou alteradas para proteger o direito à saúde.

Medicamentos poderão ter isenção de impostos

De autoria de Paulo Bauer (PSDB-SC), a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 115/2011 elimina dos medicamentos a cobrança do Imposto de Importação, do IPI, do ICMS e da Cofins e pode ser analisada pelo Plenário nesta semana. Para justificar a proposta, o senador cita levantamento do Sindicato da Indústria de Produtos Farmacêuticos (Sindusfarma) que aponta uma carga tributária média incidente sobre medicamentos de 33,9%.

Em contrapartida, diz o texto, em países como Canadá, Colômbia, Suécia, Estados Unidos, Reino Unido, México e Venezuela, o volume de tributos sobre medicamentos é zero. Na França, Suíça, Espanha, Portugal, Japão, Bélgica, Holanda, além de Grécia, Finlândia, Turquia e Itália, o máximo que se observa é de 10% e, em muitos desses países, a tributação fica em menos de 5%.

Ainda segundo o estudo do Sindusfarma, um remédio de uso humano produzido



Bauer destaca a situação de quem usa medicamentos continuamente

no Brasil com o preço final de US\$ 22,73, se produzido no Reino Unido, chegaria ao consumidor por US\$ 11,43.

“É um cálculo simples: uma pessoa que necessite de um medicamento de uso prolongado, ao comprar a terceira caixa desse medicamento, estará pagando uma caixa inteira de impostos”, argumenta.

Com parecer favorável de Luiz Henrique (PMDB-SC), aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, a proposta está na ordem do dia, em primeira sessão de discussão em primeiro turno.

Ministro fala amanhã sobre programas da saúde

O ministro da Saúde, Alexandre Padilha, comparecerá ao Senado amanhã para apresentar aos senadores da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) um balanço do biênio 2011-2012 e falar sobre as diretrizes e ações da pasta.

Entre os programas prioritários, está a Rede de Urgência e Emergência, que envolve as unidades de pronto atendimento (UPAs) e o Serviço de Atendimento Móvel de Emergência (Samu). Também estão entre as prioridades do ministério o Programa Crack, é Possível Vencer; a prevenção e o tratamento do câncer de mama e do câncer de colo do útero; e a Rede Cegonha, programa de atendimento que vai da gestação até os 2 anos de vida do bebê.

A vinda de Alexandre



Padilha vai expor diretrizes e ações do Ministério da Saúde

Padilha atende a Constituição, que prevê a convocação de ministros pela Câmara e pelo Senado para prestar informações. De acordo com o texto constitucional, os ministros poderão comparecer também por iniciativa própria ou por entendimentos com a Mesa para expor assunto de relevância do ministério.

A reunião está marcada para as 9h, no Plenário 9 da Ala Alexandre Costa.

Relatório sobre ampliação do Brasil Carinhoso deve ser votado hoje

O relatório final da medida que amplia os beneficiários do Programa Brasil Carinhoso para incluir crianças e adolescentes com idade entre 7 e 15 anos deve ser votado hoje. A comissão mista que analisa a MP 590/2012 se reúne às 14h30. A votação da medida

estava prevista para a semana passada, mas foi adiada.

O programa, criado em 2012 pelo governo federal, beneficiou inicialmente crianças de até 6 anos pertencentes a famílias com renda mensal de até R\$ 70 per capita, incluídos nesse total outros

benefícios recebidos por meio do Programa Bolsa Família, no qual as famílias devem estar cadastradas.

O benefício previsto no Brasil Carinhoso para a superação da extrema pobreza corresponderá ao valor necessário para que a soma da

renda mensal de cada integrante da família seja maior que R\$ 70. Nos primeiros cinco meses, o programa já havia contemplado 2,8 milhões de crianças, segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Social. (Com Agência Câmara)

Ana Amélia é contrária à prisão de dependentes

Ana Amélia (PP-RS) defendeu ontem em Plenário a aprovação de substitutivo de sua autoria a projeto de lei do ex-senador Demóstenes Torres (PLS 111/2010) que prevê, entre outros pontos, a determinação judicial de encaminhamento a tratamento médico ou à internação compulsória do usuário de drogas.

Na opinião de Ana Amélia, a proposta original, que recomenda a reintrodução da pena privativa de liberdade para o consumidor de droga, não é adequada por desconsiderar que a dependência química é uma doença, que somente se agrava com a prisão do usuário.

— É preciso esclarecer que o dependente químico é um doente, e não um criminoso. Ele não precisa de cadeia, mas de tratamento adequado, supervisionado. A visão do substitutivo é muito mais humanista e focada na saúde pública — disse.

Taques denuncia irregularidades na saúde em MT

Em pronunciamento ontem, Pedro Taques (PDT-MT) relatou que fiscalização do Ministério Público descobriu que o governo de Mato Grosso pagou mais de R\$ 10 milhões às organizações sociais responsáveis por unidades hospitalares do estado, mas elas não prestaram os serviços devidos.

— O governo ignorou o Conselho Estadual de Saúde, contratou entidades sem os documentos necessários, combinou pagamentos em valores não justificados e aceitou fazer pagamentos sem qualquer informação se os serviços foram realmente prestados — afirmou.

O senador acrescentou que o governo, ao mesmo tempo, “atrasa de forma reiterada os repasses devidos por lei aos municípios”.

— Isto não é privatizar, é fazer sumir o pouco dinheiro que o estado tem pelos ralos da ilegalidade — concluiu.



Gerardo Magela/Agência Senado



Pedro Taques/Agência Senado

Na gravidez, até a aspirina se torna perigosa

Medicamentos que fazem bem para a gestante podem oferecer sérios riscos para a saúde do bebê em desenvolvimento; nenhum remédio deve ser consumido pela mulher sem a orientação do médico obstetra

Ricardo Westin

QUANDO FOI LANÇADA, no final dos anos 50, a talidomida logo conquistou grávidas no mundo inteiro. Os comprimidos eram extraordinariamente eficazes contra os enjoos matinais típicos dos primeiros meses da gestação. Iniciava-se a maior tragédia da história da medicina. Em vários países, o Brasil incluído, mulheres dariam à luz bebês deformados — com braços e pernas encurtados ou simplesmente sem braços e pernas. A talidomida havia sido posta à venda sem que os efeitos sobre o feto fossem conhecidos. O remédio foi banido das farmácias no início dos anos 60. Já era tarde. Estima-se em até 15 mil o número de bebês que nasceram com as malformações físicas da talidomida.

Até então, tinha-se a ideia de que a placenta funcionava como um escudo que protegia o feto das substâncias nocivas ingeridas pela mãe. O episódio da talidomida serviu para ensinar aos laboratórios farmacêuticos, aos cientistas e aos médicos que remédios que fazem bem para a mulher podem ser fatais para o bebê em formação.

Os medicamentos percorrem o mesmo caminho dos nutrientes para chegar ao sangue do feto. O problema é que, ao contrário da mãe, o bebê no útero ainda não tem capacidade de metabolizar corretamente as drogas. A amarga lição deixada pela talidomida vale até hoje, apesar de todos os avanços da medicina: uma grávida não deve tomar nenhum remédio — absolutamente nenhum — sem antes consultar o médico responsável pelo pré-natal.

Drogas vetadas

O ibuprofeno, um dos anti-inflamatórios mais populares do mercado, pode desencadear aborto espontâneo. O captopril, que controla a hipertensão, pode matar o bebê por falência renal. O antibiótico tetraciclina pode deformar os ossos do feto e deixar os dentes com manchas acinzentadas. O lítio, usado no tratamento do transtorno bipolar, pode provocar defeitos no coração.

Até mesmo a aparentemente inofensiva aspirina, que é vendida sem receita médica, oferece riscos — pode prolongar a gravidez e causar hemorragia na mãe e na criança. Como alternativa segura à aspirina, os médicos receitam o paracetamol e a dipirona.

Outra droga vetada para as grávidas é a isotretinoína (princípio ativo do Roacutan). Trata-se do mais potente dos remédios contra a acne. Ao ultrapassar a placenta e chegar ao organismo do bebê, pode provocar falhas nas orelhas, problemas de audição e visão, deficiência mental e defeitos no coração capazes de levar à morte. A mulher só consegue comprar a isotretinoína depois de assinar um documento em que atesta



Richard Dunstan/SXC

Os remédios podem ser seguros na gestação

Os riscos oferecidos pelos medicamentos reduzem drasticamente quando a grávida os utiliza apenas conforme as indicações do médico obstetra



✓ Na gravidez, nunca tome nenhum **remédio por conta própria**. Consulte sempre o médico responsável pelo pré-natal. Até mesmo os remédios que são comprados sem receita médica podem ser prejudiciais para o bebê.



✓ Quando souber que está grávida, leve ao médico responsável pelo pré-natal o nome de todos os **remédios que você toma** — anote num papel, tire uma foto com o celular ou leve as bulas. Ele decidirá se eles serão mantidos ou substituídos ou então se as doses serão modificadas. Não interrompa o uso por conta própria.



✓ Se você tem alguma doença e está em tratamento, leve os telefones do **médico especialista** para o médico que será responsável pelo pré-natal. Em certos casos, o diálogo entre os dois é importante na decisão sobre quais remédios tomar na gravidez.



✓ Caso o remédio receitado provoque **efeitos colaterais**, informe-os imediatamente ao médico, para que ele avalie se há a necessidade de o tratamento ser alterado.



✓ Não utilize uma **receita antiga** para comprar um remédio, mesmo que os sintomas atuais sejam parecidos com os que você teve no passado. O médico precisa fazer uma nova avaliação.



✓ Caso haja **conflito entre as informações** sobre o remédio dadas pelo médico e as contidas na bula, volte a procurá-lo e o questione, para que ele explique melhor o tratamento ou eventualmente o altere.

Fonte: José Mauro Madi, professor de Ginecologia e Obstetrícia na Universidade de Caxias do Sul e integrante da Comissão de Assistência Pré-Natal da Febrasgo

estar ciente dos riscos para o feto e da necessidade de usar simultaneamente dois métodos contraceptivos (a camisinha e a pílula, por exemplo) para não engravidar durante o tratamento.

— Os remédios não são inofensivos. Pelas pessoas em geral, devem ser utilizados com bastante cautela, sempre sob orientação médica. Durante a gravidez, os cuidados precisam ser redobrados — afirma Helaine Milanez, médica e professora de Obstetrícia da Unicamp.

Na grande maioria dos medicamentos, ao contrário dos exemplos enumerados acima, não se conhecem com precisão os efeitos colaterais no bebê. Os experimentos costumam ser feitos com ratas ou macacas prenhes e os resultados nem sempre são os mesmos nos humanos. Os testes nunca são feitos com mulheres grávidas devido aos perigos para o desenvolvimento do feto.

Os efeitos colaterais vão sendo descobertos aos poucos, à medida que são relatados aos laboratórios farmacêuticos e às autoridades sanitárias pelas mulheres que inadvertidamente tomaram os remédios na gravidez.

Pelas contas dos médicos, 3% das malformações congênitas são provocadas pelos medicamentos.

— Os riscos dos remédios durante a gravidez precisam ser explicados à grávida pelo médico obstetra logo na primeira consulta do pré-natal. Isso é particularmente essencial no Brasil, onde ainda temos o perigoso hábito da automedicação — diz o médico José Mauro Madi, integrante da Comissão de Assistência Pré-Natal da Febrasgo (entidade dos ginecologistas e obstetras).

Os especialistas dizem que nem sequer os remédios fitoterápicos (feitos à base de ervas), os homeopáticos

e os florais podem ser consumidos durante a gestação sem orientação médica. Tampouco as vacinas devem ser tomadas por conta própria. Certos produtos para os cabelos (como os que contêm amônia) e para o rosto (como os compostos de ácido retinoico) estão terminantemente proibidos na gravidez.

Há, naturalmente, casos em que a grávida não pode ficar sem remédio. A diabética que não toma os remédios na gestação, por exemplo, tem um elevado risco de sofrer aborto e dar à luz um bebê morto. Quem sofre de hipertensão ou asma também não pode ficar sem tratamento, para o bem do feto. Em situações do tipo, o médico busca o remédio que, dentro do possível, ofereça o menor risco para o bebê em formação.

Rastros da talidomida

Passados 50 anos do traumático episódio, a talidomida ainda deixa rastros no mundo. Muitos dos bebês sobreviveram e hoje são adultos que convivem com as sequelas.

Todos os meses, cerca de 200 brasileiros vítimas da talidomida recebem do governo uma pensão especial, instituída em 1982. Em 2010, criou-se uma indenização por danos morais. É uma espécie de reconhecimento de que as autoridades sanitárias do país falharam ao permitir que a droga fosse utilizada livremente pela população. O valor vai de R\$ 50 mil a R\$ 400 mil, de acordo com o grau da incapacidade física. A indenização foi criada a partir de um projeto de lei apresentado em 2006 pelo então senador Tião Viana.

O Senado estuda um projeto de Paulo Paim (PT-RS) que permite ao portador da síndrome da talidomida aposentar-se após 20 anos de contribuição, não importando que idade tenha (PLS 512/2011 — Complementar).

Pouco tempo após o banimento mundial, descobriu-se que a talidomida era capaz de aliviar as dores de pacientes de hanseníase, lúpus e certos tipos de câncer. O remédio voltou a circular.

No Brasil, para que o erro do passado não se repita, a talidomida é fabricada por um único laboratório público e não pode ser vendida em farmácias. A distribuição é feita nos postos de saúde públicos, sob rígido controle. Ainda assim, há casos em que os comprimidos inadvertidamente acabam parando nas mãos de mulheres grávidas. Em 2007, ao menos dois bebês nasceram no país sem braços e pernas.

Saiba mais

Entidade lista os principais remédios que prejudicam o desenvolvimento dos fetos (em inglês e espanhol): <http://bit.ly/principaisRemedios>

Sistema Nacional de Informação sobre Agentes Teratogênicos (Siat) dá dicas para uma gravidez saudável: <http://bit.ly/cuidadosGravidez>

Benefícios aos quais têm direito os portadores da síndrome da talidomida: <http://bit.ly/direitosTalidomida>

Veja as edições anteriores do Especial Cidadania em www.senado.leg.br/jornal